

OE2025: PROPOSTAS JUSTAS E RESPONSÁVEIS

Assembleia da República
15 nov 2024



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

PROPOSTAS DO GRUPO PARLAMENTAR

O Orçamento do Estado para 2025 da AD é um mau orçamento. É um orçamento que não responde às necessidades de Portugal e dos portugueses, que falha em responder aos desafios prioritários do país, em áreas fundamentais para o bem-estar coletivo.

Este não é, na sua versão inicial, nem será, na versão que resultar do processo na especialidade, um orçamento do Partido Socialista.

Contudo, o Partido Socialista entende que não pode deixar de contribuir para melhorar a vida das pessoas, honrando os seus compromissos com os eleitores e com os portugueses.

Assim, em sede de discussão na especialidade, o PS vai apresentar o conjunto restrito de propostas, com especial enfoque em cinco dimensões que consideramos prioritárias como são o reforço estrutural de **pensões, de respostas habitacionais e o regime de exclusividade para médicos do SNS**, áreas que tinham sido já identificadas pelo PS como prioritárias, bem como duas respostas a temas mais atuais que urge responder de forma eficaz, como são a garantia de manutenção da publicidade na RTP e o reforço das respostas de proximidade com a comunidade

As propostas de alteração que seguidamente detalharemos **são justas e responsáveis** e não põem em causa o equilíbrio das contas públicas.

O **impacto orçamental estimado fica abaixo da margem orçamental libertada pela alteração do IRS Jovem que o Executivo apresentou (475 M€) e que o próprio assumiu que poderia ser utilizado para salvaguardar novas medidas, à qual acresce ainda a margem orçamental do OE2025 identificada pelo Conselho das Finanças Públicas de mais cerca de 312 M€.**

Atualização extraordinária das pensões

É fundamental dar continuidade ao aumento gradual e definitivo de pensões dos últimos anos, aumentando o rendimento dos nossos pensionistas.

Com esta proposta, o PS propõe atualizar de forma **estrutural e permanente** as pensões até 3 Indexantes dos Apoios Sociais (IAS) em 1,25 pontos percentuais, acima da atualização regular de janeiro.

Impacto orçamental: 265 M€.

Criação de uma dotação específica para investimento em habitação a preços acessíveis e alojamento para estudantes

É urgente dar continuidade ao investimento em habitação a preços acessíveis e alojamento para estudantes, capaz de responder, estrutural e complementarmente, às necessidades da população.

Com esta proposta o PS propõe criar uma dotação plurianual de investimento em habitação que responda à classe média e aos mais jovens, aliviando uma das maiores despesas fixas dos orçamentos familiares e, em consequência, aumentando o rendimento disponível.

Impacto orçamental: dependente das necessidades habitacionais e da margem orçamental identificada pelo Governo na criação desse mecanismo.

Criação de um regime de dedicação exclusiva ao SNS

A necessidade de garantir a permanência de médicos no SNS leva o PS a propor a criação de um regime de exclusividade de adesão voluntária que assegure de forma efetiva – e contemplando não só melhorias remuneratórias e de carreira, mas também de horários de trabalho – a capacidade de manter e atrair novos profissionais.

Esta proposta implica que o Governo inicie um processo negocial com as estruturas representativas dos trabalhadores médicos, bem como a introdução de incentivos sólidos à adesão ao regime de exclusividade no SNS.

Impacto orçamental: dependente da negociação do Governo e em função da margem existente no programa orçamental da Saúde.

Garantia de manutenção da publicidade na RTP

O PS pretende salvaguardar a continuidade da RTP e, consequentemente, a manutenção do atual modelo de financiamento do serviço público que integra as receitas de publicidade.

Assim, é garantida a previsibilidade da receita e a estabilidade do modelo de financiamento do serviço público.

Sem impacto orçamental.

Projetos de intervenção comunitária de proximidade e reforço dos contratos locais de segurança

É prioritário continuar e aprofundar o caminho de redução das desigualdades sociais e culturais, de correção de assimetrias e de promoção da coesão das comunidades e territórios vulneráveis. A redução de vulnerabilidades sociais e a garantia de uma maior segurança, associada à continuidade e reforço de projetos de intervenção comunitária de proximidade, deve constituir uma prioridade para 2025.

Assim, o PS propõe reforçar a intervenção comunitária de proximidade, através da continuidade dos projetos de intervenção local, como são o Programa “Bairros Saudáveis” e o Programa “Arte e Periferias Urbanas”, através da definição de uma dotação própria para a manutenção e reforço destes programas.

Complementarmente, o PS propõe o reforço dos contratos locais de segurança, enquanto instrumentos de promoção da cooperação institucional das entidades públicas com a comunidade, com o aumento da consignação da receita dos jogos sociais à promoção das políticas de segurança interna.

Impacto orçamental: 8,5 M€.

Garantia de instrumentos de prevenção e saúde pública

Com esta proposta o PS pretende garantir, em linha com o Plano Nacional de Saúde 2021-2030, o comprometimento do país com o investimento em programas pela promoção da literacia, prevenção e formação em saúde, que salvaguarde processos informados de tomada de decisão e incentive hábitos de vida saudáveis desde a infância e ao longo da vida.

O alinhamento destes programas nos níveis nacional, regional e local e a integração de cuidados é fundamental, aproveitando para o efeito a recente organização em Unidades Locais de Saúde e a presença das autarquias nesta organização, contribuindo para o desenvolvimento de respostas adequadas aos diversos territórios.

Impacto orçamental: Dependente do desenho dos programas pelo Governo.

Reforço e melhoria de infraestruturas de saúde

A aposta num Serviço Nacional de Saúde de qualidade passa também pela qualidade das infraestruturas na área da saúde.

O PS propõe, por isso, a garantia da concretização dos projetos de construção ou de ampliação e modernização de equipamentos de saúde cujos trabalhos já estavam em curso ou estavam previstos, não se abdicando de soluções fundamentais para o nosso território.

Impacto orçamental: Já considerado.

Continuidade dos investimentos do Plano Nacional de Alojamento Ensino Superior (PNAES)

A par com o mecanismo plurianual de investimento para a classe média e os mais jovens, é fundamental garantir a continuidade de projetos estruturantes para os estudantes, cuja identificação e prossecução estavam já em curso.

Esta proposta visa impedir decisões políticas que suspendem, sem fundamento nas necessidades da população, projetos estruturantes, nomeadamente o projeto de construção da residência de estudantes localizada na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa.

Impacto orçamental: Já considerado.

Revogação das propinas do Ensino de Português no Estrangeiro

O ensino da Língua e da Cultura portuguesa no estrangeiro, através da rede paralela gerida pelo Instituto Camões, constitui um elo fundamental da ligação das comunidades portuguesas ao país, já há várias gerações, e um dos ativos da afirmação de Portugal no mundo, a par do ensino na rede apoiada e nas universidades, através de protocolos e leitorados. O Partido Socialista assumiu a abolição da propina no seu programa eleitoral, dando voz a uma reivindicação que sempre existiu nas comunidades portuguesas desde a sua introdução, propondo-se por isso a sua abolição a vigorar já no próximo ano letivo 2025/2026.

Impacto orçamental: ≤ 1M€.

Regulamentação das Taxas e Emolumentos no Ensino Superior

A lei que estabelece as bases do financiamento do Ensino Superior define a exclusividade da propina como forma de partilha de custos com estudantes decorrentes do investimento na sua formação. No entanto, esta realidade acaba por ser ultrapassada pelas taxas e emolumentos existentes e que têm servido como verdadeiras participações dos estudantes no Ensino Superior.

No OE2024 ficou o Governo incumbido de aprovar a regulamentação de taxas e emolumentos no Ensino Superior, assegurando a sua proporcionalidade, adequação e efetividade. Não se perspetivando a existência desta regulamentação, o PS propõe que a mesma seja concretizada em 2025, salvaguardando um conjunto de princípios para a sua concretização.

Impacto orçamental: Dependente do desenho da regulamentação pelo Governo.

Regulamentação dos estágios curriculares

Os estágios curriculares, frequentemente incorporados nos planos curriculares das instituições de ensino superior, não são regulados por legislação específica em Portugal, ficando na esfera de cada estabelecimento de ensino aprovar os seus próprios regulamentos de estágio e estabelecer protocolos com entidades promotoras dos estágios previstos nos respetivos planos curriculares.

O Partido Socialista propõe que, durante o ano de 2025, se proceda à definição de um enquadramento regulamentar comum a aplicar aos estágios curriculares, incluindo, designadamente, regras sobre os apoios a disponibilizar aos estudantes inseridos em estágio curricular.

Impacto orçamental: Dependente do desenho dos programas pelo Governo.

Garantia de acesso ao prémio salarial de valorização das qualificações pelos jovens que fazem IRS com os pais

A proposta clarifica que os jovens que entregam IRS com os pais são também elegíveis para receber o prémio salarial criado pelo anterior governo e que assegura a devolução do valor das propinas de licenciatura e mestrados nos primeiros anos no mercado de trabalho.

Impacto orçamental: Já considerado.

Concretizar o Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas

No âmbito do processo de descentralização, o Governo anterior assinou com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses um Acordo para a reabilitação/recuperação de 451 escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino secundário, tendo sido identificadas as fontes e instrumentos de financiamento, bem como a sua calendarização.

Tendo o Governo dado sinais públicos de não cumprimento do acordado, o PS propõe com esta proposta que se garanta o cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2023 e, consequentemente a reabilitação/ recuperação destas escolas. Adicionalmente, recomenda-se o acautelamento das medidas de eficiência energética nas intervenções.

Impacto orçamental: Já considerado.

Garantia de um reforço de financiamento da área do Desporto

No OE2025 o Governo cortou a verba prevista para o Desporto de 50,3 M€ para 42,5 M€. Rapidamente referiu tratar-se de um lapso, afirmando que a verba afeta ao Desporto seria de 54,5 M€. Certo é que, até à data, a verba não foi corrigida.

Com esta proposta, o PS salvaguarda que efetivamente o compromisso é concretizado e devidamente inscrito neste Orçamento do Estado, garantindo assim o reforço em 12 M€ face ao que ficou inicialmente previsto.

Impacto orçamental: 12 M€ (de acordo com o Governo, já previsto no OE2025 e erradamente identificado).

Programa de Valorização do Interior

Portugal é um país territorialmente muito desigual e por isso são fundamentais políticas públicas que promovam a coesão territorial.

Apesar da aprovação, pelo anterior Governo, do Programa de Valorização do Interior, o OE2025 é omissa quanto ao Interior, não sendo apresentada qualquer visão estratégica que vise promover o seu desenvolvimento ou qualquer afetação de recursos que permita concretizar o Programa aprovado pelo anterior Governo.

O PS pretende, por isso, dotar o OE2025 dos instrumentos e dos recursos necessários para a concretização de medidas e projetos que permitam a valorização e o desenvolvimento económico e social do Interior de Portugal.

Impacto orçamental: Já considerado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março e no Decreto-Lei n.º 24/2022, 4 de março.

Investimento em infraestruturas rodoviárias

Os últimos anos ficam marcados por um conjunto substancial de investimento na área da mobilidade, com especial enfoque na ferrovia, mas sem descuidar a necessária salvaguarda das infraestruturas rodoviárias.

Com esta proposta, o PS pretende garantir a continuidade dos investimentos previstos para a rede rodoviária, nomeadamente no âmbito do PNI 2030 e do PRR, identificando-se os compromissos já assumidos na Lei do Orçamento do Estado para 2024.

Impacto orçamental: Já considerado.

Dedução do IVA suportado na compra de bicicletas

Com esta proposta o PS visa clarificar que as despesas relativas à aquisição de bicicletas (incluindo elétricas), são dedutíveis em sede de IVA.

Impacto orçamental: ≤ 1M€.

Manutenção do programa de apoio à instalação de janelas eficientes

Tendo o Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis assegurado o apoio financeiro à substituição de janelas não eficientes por janelas eficientes, de classe energética igual a «A+», assegurando-se por essa via a milhares de habitações um melhor isolamento térmico e isolamento sonoro e aumentando o conforto da habitação, importa prosseguir com este esforço. A proposta do PS pretende garantir que o Governo não termina com este apoio, como já manifestou intenção de o fazer, assegurando-se que o Fundo Ambiental continua a garantir o financiamento deste apoio.

Impacto orçamental: Dependente do desenho do programa pelo Governo.

Transferência de património do Estado para habitação

A Lei de Bases da Habitação estabelece o dever de o Estado utilizar o património edificado público para políticas públicas de habitação. Em consequência, a proposta do PS visa garantir que os imóveis libertos no âmbito da reforma orgânica e funcional da administração central do Estado são destinados a aumentar a oferta pública de habitação a preços acessíveis, seja diretamente, seja com a consignação da receita da alienação do património sem aptidão habitacional para estas políticas públicas.

Sem impacto orçamental.

Reposição dos instrumentos existentes na contratação de empréstimos na área da habitação

Com esta proposta, o PS pretende recuperar instrumentos existentes e disponíveis nos anos transatos para a concretização de políticas de habitação pelas autarquias.

Assim, propõe-se alargar as medidas de aceleração dos empréstimos na área da habitação aos programas municipais de apoio ao arrendamento urbano.

Sem impacto orçamental.

Eliminação do teto nominal à consignação do IRC ao FEFSS

No âmbito da diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, o Governo do PS assegurou uma consignação de 2 p.p. da receita anual de IRC ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS). Até ao ano de 2023, o FEFSS recebeu 1525 M€ como receita consignada de IRC. Na alteração que o Governo propõe na LOE 2025, para acolher recomendações do Tribunal de Contas (TdC), introduz um teto nominal máximo de 472 milhões de euros para estas transferências anuais de receita consignada. Esta alteração é feita numa altura em que as receitas de IRC atingem máximos históricos e constitui uma limitação ao financiamento da Segurança Social, que não está incluída nas recomendações do TdC. A proposta do PS elimina este teto nominal máximo de consignação da receita de IRC ao FEFSS.

Sem impacto orçamental.

Isentar permanentemente o reembolso antecipado de comissões bancárias

Com a presente proposta o PS propõe prorrogar a isenção de pagamento de comissões bancárias de amortização de crédito à habitação, tornando assim permanente esta medida tomada no âmbito do programa “Mais Habitação”.

Sem impacto orçamental.

Atualização da Tabela Honorários Acesso ao Direito

No âmbito da garantia do acesso ao Direito, está identificada a necessidade de atualização da tabela de honorários dos advogados e advogados estagiários. O PS propõe a revisão da referida tabela em 2025, deixando margem para a apreciação dos valores de atualização pelo Governo, no âmbito das suas funções executivas.

Impacto orçamental: Dependente da definição pelo Governo.

Orçamentos com perspetiva de género

Esta proposta dá continuidade ao processo de recolha de informação para garantir um Orçamento com uma repartição cada vez mais justa e equilibrada na perspetiva de género. O PS propõe assim garantir que os orçamentos públicos, expressão financeira das opções políticas, continuem a priorizar opções de política pública que promovam efetivamente a igualdade entre mulheres e homens.

Sem impacto orçamental.

Alargamento do prazo para requerer o estatuto de Deficiente Civil das Forças Armadas

O PS propõe alargar o prazo concedido para requerer o estatuto de Deficiente Civil das Forças Armadas, uma vez que o período estabelecido atualmente se revelou diminuto, tendo em consideração que a grande maioria de beneficiários residida nos seus territórios de origem e ainda sem o problema da nacionalidade definido.

Impacto orçamental: 350 000 €.

Criação do Banco de Terras

A constituição do Banco de Terras e do fundo de mobilização de terras, instrumento financeiro de gestão, foi aprovada pela Assembleia da República a 19 de julho de 2023, e publicada em Diário da República a 24 de agosto de 2023. O PS propõe a transferência de uma verba de 500 000 € para a entidade gestora do Fundo de Mobilização de Terras, com vista ao início do mesmo e à concretização do Banco de Terras.

Impacto orçamental: 500 000 €.

REGIÕES AUTÓNOMAS

Prorrogação do período de novas licenças relativas aos auxílios estatais do Centro Internacional de Negócios da Madeira

A presente proposta visa, na sequência do que se fez em anos anteriores, manter a possibilidade de entrada de novas empresas no regime em vigor no Centro Internacional de Negócios da Madeira, mantendo-se o prazo em que está autorizado o regime.

Sem impacto orçamental, pois mantém o regime atual.

Definição de um Plano de Contingência Integrado para o Aeroporto Internacional da Madeira

A inoperacionalidade do Aeroporto Internacional da Madeira – Cristiano Ronaldo tem um impacto na Região Autónoma da Madeira.

É por isso fundamental a definição de um Plano de Contingência, em articulação com as entidades envolvidas, como contributo para a minimização das vulnerabilidades climáticas do Aeroporto Internacional.

Impacto orçamental: já considerado no OE 2024.

Financiamento do transporte marítimo regular de passageiros entre a ilha da Madeira e o continente

As ligações aéreas e marítimas são fundamentais para garantir a autonomia e combater o isolamento das Regiões Autónomas.

Com esta proposta, pretende-se garantir o reforço das ligações, garantindo assim uma maior proximidade de todo o território.

Impacto orçamental: depende do modelo que vier a ser definido pelo Governo e, em 2025, do âmbito temporal do mesmo.

Reforço dos meios aéreos na Região Autónoma da Madeira

Os meios aéreos apresentam-se como uma necessidade comprovada no combate aos incêndios florestais, funcionando como um complemento aos meios terrestres e às Equipas de Combate a Incêndios Florestais.

A proposta visa reforçar o papel do Governo na operacionalização e respetivos encargos financeiros, decorrentes da alocação e utilização de meios aéreos nas Regiões Autónomas.

Impacto orçamental: ≈ 2 M€.

Obras de requalificação na Cadeia de Apoio da Horta

A situação atual da Cadeia de Apoio da Horta, coloca um desafio assinalável na garantia, aos reclusos, de condições mínimas de dignidade e o pleno respeito pelos direitos humanos.

A presente proposta prevê a manutenção do compromisso do Parlamento e do Governo com a Região, de garantir as obras de requalificação na Cadeia de Apoio da Horta.

Impacto orçamental: já considerado.

Construção da segunda fase do novo estabelecimento prisional de São Miguel

A situação do atual Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada não garante aos reclusos condições mínimas de dignidade e o pleno respeito pelos direitos humanos.

Face ao recente anúncio de que as obras apenas se vão iniciar em 2027, impõe-se cumprir o que está estabelecido no OE2024, nomeadamente, identificar um imóvel de apoio provisório ao atual EP de Ponta Delgada, enquanto o novo estabelecimento não entrar em funcionamento.

Impacto orçamental: já considerado no OE 2024.

Antecipação da ampliação da pista do aeroporto da Horta

Esta proposta mantém um compromisso assumido no OE para 2024, de ampliação da pista do Aeroporto da Horta, na Região Autónoma dos Açores.

Já durante o presente ano foi anunciado pela Câmara Municipal da Horta a adjudicação da elaboração do projeto para ampliação da pista do aeroporto, devendo por isso ser dada a devida corporização à continuidade dos próximos passos com vista à respetiva ampliação.

Impacto orçamental: já considerado no OE 2024.

Modelo de negócio e de financiamento dos cabos submarinos

No Relatório do OE2025 pode ler-se que o Governo pretende dar continuidade ao novo sistema de cabos submarinos que irá assegurar as ligações entre o continente e as Regiões Autónomas.

Com a presente proposta materializa-se, tal como com o Governo anterior, esse compromisso com força de lei.

Impacto orçamental: já assumido pelo Governo anterior e pelo Governo atual.

Subsídio Social de Mobilidade aérea entre o Continente e a Região Autónomas dos Açores

Face à inegável importância do Subsídio Social de Mobilidade, continua a ser fundamental resolver problemas que ainda subsistem na implementação do respetivo modelo e que foram inclusive agravados com a recente decisão do Governo de introduzir um teto máximo de comparticipação por bilhete.

Esta proposta visa precisamente iniciar o processo de melhoria e simplificação do subsídio, definindo um conjunto de premissas que visam reforçar a sua transparência e fiscalização, manter os direitos dos passageiros, reforçar a competitividade das respetivas rotas e garantir o menor esforço financeiro dos residentes.

Impacto orçamental: depende do desenho do modelo pelo Governo.

Reconstrução do Hospital Divino Espírito Santo

Face à situação em que se encontra o Hospital de Ponta Delgada, urge, não apenas identificar e avaliar as despesas decorrentes do incêndio no Hospital com a maior celeridade, mas também salvaguardar que em 2025 o financiamento definido pelo Governo é totalmente executado na garantia do restabelecimento da normalidade assistencial e da continuidade da prestação de cuidados de saúde à população açoriana.

Impacto orçamental: definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2024, de 16 de outubro.

Descontaminação dos solos e aquíferos na ilha Terceira

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2024, de 28 de março, estabelece que os encargos decorrentes do projeto de execução do reforço do subsistema de abastecimento de água de Agualva/Praia da Vitória, no período de 2024 a 2026, correspondem, em termos globais, a um montante de € 5 310 000 euros.

Urge garantir que, face à inexistência de qualquer referência no OE 2025 a este compromisso, é efetivamente salvaguardado o financiamento previsto e aprovado em março deste ano pelo anterior Governo.

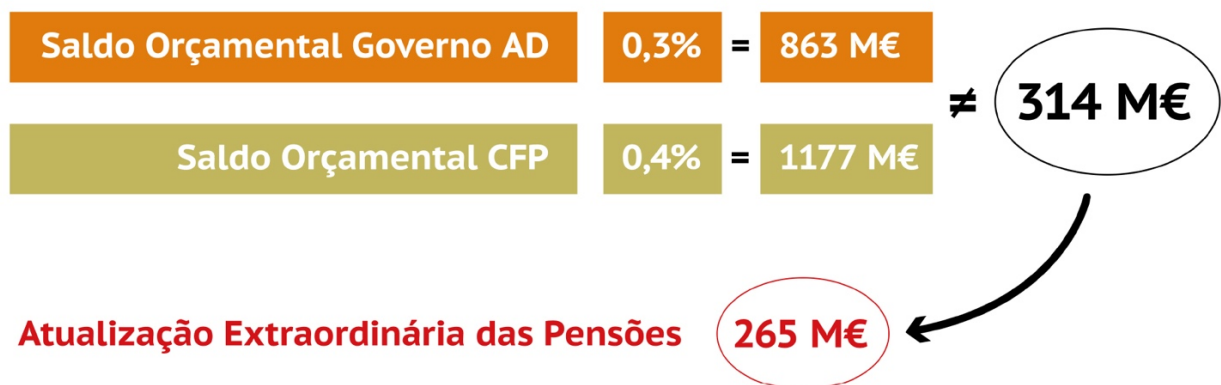
Impacto orçamental: definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2024, de 28 de março.

Atualização dos valores a alocar ao funcionamento dos Grupos Parlamentares nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas

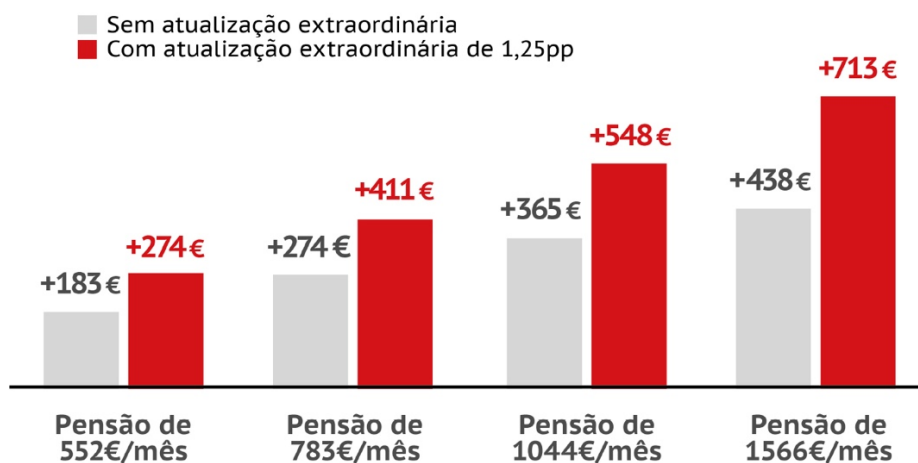
Com a presente proposta, pretende-se permitir a atualização dos valores a alocar ao funcionamento dos Grupos Parlamentares nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

Sem impacto orçamental para o OE2025.

ANEXOS



Aumento do valor das pensões em 2025 (euros/ano)

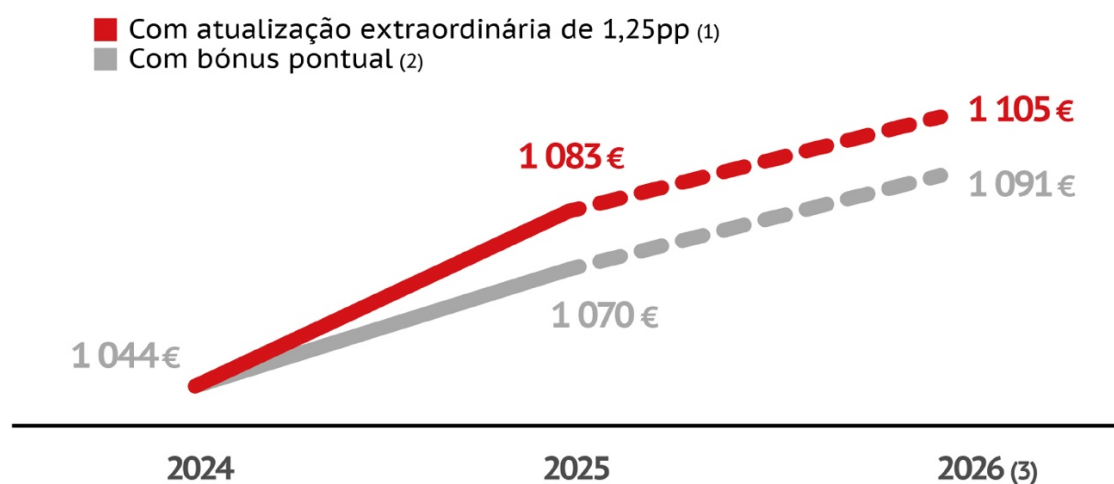


Legenda: Quatro escalões de valor de pensão base [2024].

Notas: Cenário de atualização regular a 2,5% nas pensões até 2 IAS e de 2,0% nas pensões de 2 a 3 IAS; Considera-se o valor do IAS de 2025, assumindo atualização a 2,5%.

Bónus Pontual vs. Atualização Extraordinária

Valor da pensão em 2026: 2 IAS (euros/mês)



(1) Aumento extraordinário de 1,25pp, além da atualização regular de 2025 (2,0%);

(2) Atribuição de bónus de 100 euros para pensões de 2 a 3 IAS (anualizado a 14 meses);

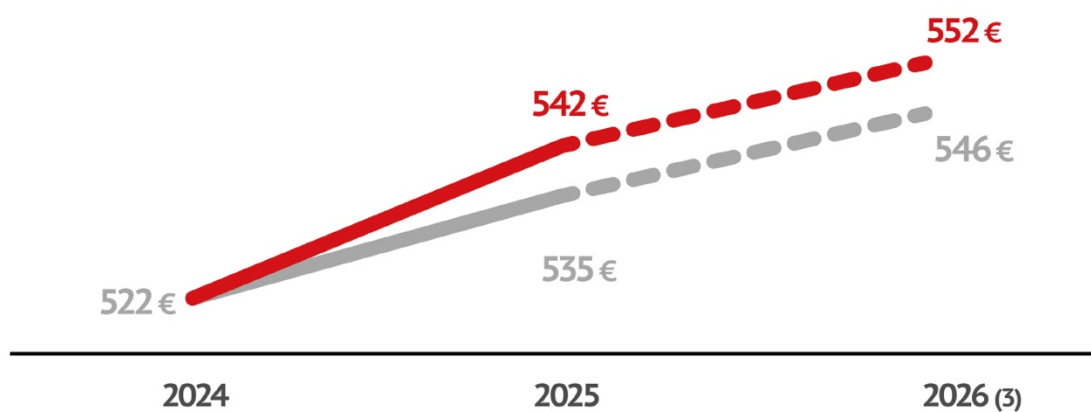
(3) Cenário hipotético com atualização regular de 1,5% para as pensões de 2 a 6 IAS;

Nota: considera-se o valor do IAS de 2025, assumindo atualização a 2,5%.

Bónus Pontual vs. Atualização Extraordinária

Valor da pensão em 2026: 1 IAS (euros/mês)

- Com atualização extraordinária de 1,25pp (1)
- Com bónus pontual (2)



- (1) Aumento extraordinário de 1,25pp num cenário de atualização regular de 2,5% em 2025;
(2) Atribuição eventual de bónus pontual de valor equivalente ao da atualização extraordinária (anualizado a 14 meses);
(3) Cenário hipotético com atualização regular de 2% para as pensões até 2 IAS em 2026;
Nota: considera-se o valor do IAS de 2025, assumindo atualização a 2,5%.